



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0280888-2 (N.P.U. 0006287-58.2008.8.17.1130)

Embargante: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Embargado: José Heleno Mota de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. PERÍCIA OFICIAL CONTRÁRIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. QUESTÃO ENFRENTADA EXAUSTIVAMENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. ACÓRDÃO OMISSO. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Os embargos declaratórios não são meio hábil para reexame da matéria, sendo cabíveis apenas quando verificados os requisitos dispostos no art. 535 do CPC.
2. A autarquia previdenciária busca a rediscussão da matéria pertinente ao nexo causal entre o acidente e o trabalho exercido, a existência de perícia contrária ao estabelecimento do benefício e a aplicação dos juros moratórios com base na taxa SELIC entre o período de janeiro de 2003 a junho de 2009. Estas questões foram exaustivamente tratadas tanto na decisão terminativa como no julgamento colegiado do Recurso de Agravo, não havendo razão para se falar em omissão pelo fato de não haver menção expressa de artigos no acórdão do julgado, haja vista ter-se demonstrado de forma clara o entendimento de todo colegiado a respeito do assunto.
3. O julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes, devendo, apenas, apreciar a matéria segundo suas convicções.
4. Omissão não caracterizada.
5. Embargos de Declaração não providos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

106
12

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0280888-2, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

137
27

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0280888-2 (N.P.U. 0006287-58.2008.8.17.1130)

Embargante: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Embargado: José Heleno Mota de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos para sanar omissão e com fins de prequestionamento, em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida em sede de apelo e Reexame Necessário que deu provimento parcial tão somente para modificar o critério de atualização monetária e incidência dos juros para as parcelas a serem pagas em atraso.

Aduz a embargante que os presentes aclaratórios se prestam a supressão da omissão existente no acórdão por não ter trazido nas razões do julgado pronunciamento acerca dos artigos 145, 422, 436 e 437 do Código de Processo Civil e 59 da Lei nº 8.213/91, deixando de aplicá-los ou afastá-los no caso concreto, devendo ser sanada, produzindo efeitos infringenciais, a fim de prequestionar a matéria caso haja necessidade de interposição de recursos às instâncias superiores. Requer a modificação dos juros moratórios aplicados, no intuito de retirar a taxa SELIC da fórmula de cálculo.

É o Relatório.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

138
2

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0280888-2 (N.P.U. 0006287-58.2008.8.17.1130)

Embargante: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Embargado: José Heleno Mota de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria *sub judice*, restando inviável a pretensão de prequestionamento.

Com efeito, a decisão enfrentou todas as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pelo embargante.

O prequestionamento, aliás, não criou nova espécie de recurso, não estando o juiz obrigado a examinar cada dispositivo legal, bastando que examine as questões jurídicas debatidas nos autos.

Este é o entendimento pacífico no STJ, como a seguir é ilustrado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EFEITO INFRINGENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA E DE REALIZAR QUESTIONAMENTOS. INVIABILIDADE. DISCUSSÃO DE MATÉRIAS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. O cabimento dos embargos de declaração está disciplinado no artigo 535 do Código de Processo Civil, sendo que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão integrativa. 2. "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de discutir temas constitucionais, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

139

obscuridade na decisão recorrida" (EDcl no MS 11.484/DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 2/10/2006). 3. **Tampouco pode ser admitida a via integrativa com a finalidade de a parte realizar questionamentos em defesa de seu ponto de vista.** 4. Embargos de declaração rejeitados. EDcl na SEC 1 / EX. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. CE - CORTE ESPECIAL. DJe 09/08/2012. (grifei)

A autarquia previdenciária busca a rediscussão da matéria pertinente ao nexo causal entre o acidente e o trabalho exercido, a existência de perícia contrária ao estabelecimento do benefício e a aplicação dos juros moratórios com base na taxa SELIC entre o período de janeiro de 2003 a junho de 2009.

Tais questões foram exaustivamente tratadas tanto na decisão terminativa como no julgamento colegiado do Recurso de Agravo, não havendo razão para se falar em omissão pelo fato de não haver menção expressa de artigos no acórdão do julgado, haja vista ter-se demonstrado de forma clara o entendimento de todo colegiado a respeito do assunto.

Transcrevo trecho da fundamentação constante tanto da decisão terminativa do apelo como do voto submetido ao julgamento colegiado do Recurso de Agravo:

"A perícia oficial concluiu que "a doença degenerativa não é de origem laboral, porém, o quadro de lombalgia pode ser agravado pelas condições em que o trabalho é exercido" (fls.60/63).

Já o assistente técnico do INSS afirmou que se de "queixa de dor (subjetiva) sem qualquer achado em exame descrito pelo perito indicativo de crise algica significativa." (fls.77).

Da análise detida dos autos, observa-se que o laudo do assistente técnico se encontra dissociado das demais provas juntadas ao caderno processual. O exame de ressonância, o relatório de fisioterapia e o laudo judicial demonstram a existência de doença na coluna vertebral.

As doenças degenerativas enquadram-se como uma concausalidade, ou seja, como acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido causa única, contribuiu diretamente para a redução ou perda da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

190
R

capacidade do segurado para o trabalho ou produziu lesão que exige atenção médica para a sua recuperação (art. 21, I da Lei nº 8213/91).

Art. 21: Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Assim, pela leitura do inciso que trata da concausa deduz-se que, para a configuração do acidente do trabalho, exige-se que este tenha contribuído diretamente para o surgimento da sequela indenizável ou que se sobreponha a esta de forma a agravá-la.

Desta forma, não resta dúvida que, resta configurado o nexo de causalidade entre a doença adquirida e o exercício da atividade de trabalhador rural, pois, o segurado adquiriu doença, ou já era portador de tal deficiência, e esta evoluiu quando do exercício de sua atividade, culminando com a necessidade de afastamento das funções”.

Senão vejamos o acórdão vergastado:

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, § 1º -A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO ACOLHIMENTO. ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONCAUSALIDADE. TERMO INICIAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. *Decisão que negou provimento ao reexame necessário, julgando prejudicado o apelo voluntário, baseado na jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, não viola o artigo 557, caput, e § 1º -A do CPC.*

2. *As doenças degenerativas enquadram-se como uma concausalidade ou seja, como acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido causa*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

191
192

única, contribuiu diretamente para a redução ou perda da capacidade do segurado para o trabalho ou produziu lesão que exige atenção médica para a sua recuperação (art. 21, I da Lei nº 8213/91).

3. *Não resta dúvida que, está configurado o nexo de causalidade entre a doença adquirida e o exercício da atividade de trabalhador rural, pois, o segurado adquiriu doença, ou já era portador de tal deficiência, e esta evoluiu quando do exercício de sua atividade, culminando com a necessidade de afastamento das funções.*

4. *O auxílio-doença acidentário constitui-se em benefício pecuniário de prestação continuada, com prazo indeterminado, sujeito à revisão periódica, consistindo no pagamento de renda mensal ao acidentado, desde que segurado da previdência social, que sofreu acidente do trabalho ou doença decorrente das condições de trabalho, apresente incapacidade laborativa, em princípio, temporária.*

5. *Em observância ao artigo 61 da Lei 8.213/91 o benefício de auxílio-doença, espécie 91, deve ser mantido no valor de 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício. Considerando que o segurado está afastado há mais de 30 (trinta) dias, a data de incidência é a partir do requerimento administrativo, dia 28.04.2008, conforme determinado em sentença, em cumprimento ao § 1º, artigo 60 da Lei 8.213/91.*

6. *Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, atendendo à súmula 111 do STJ, não contrariam o art.20,§4º do Código de Processo Civil.*

7. *Agravo improvido.*

Cumpra esclarecer, ainda, que **o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes.**

Nesse sentido, segue a jurisprudência dominante do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

192
R

INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA PELA SEGUNDA TURMA. 1. O embargante, inconformado, busca efeitos modificativos com a oposição destes embargos declaratórios uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. 2. Não há vício algum no acórdão que reitera a fundamentação constante na decisão monocrática, desde que a prestação jurisdicional seja dada na medida da pretensão deduzida. As alegações contidas no agravo regimental não podem inovar as razões que foram suscitadas no recurso especial. 3. Assim, se as questões colocadas o julgamento são as mesmas, não há ilegalidade alguma em se reiterar a fundamentação da decisão, submetendo-a ao conhecimento e aprovação do órgão colegiado. 4. Por fim, é cediço que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no AgRg no REsp 1295636 / RS. Rel. Humberto Marins de Barros. DJe 18/06/2012. Decisão unânime. (grifei)

Como se vê, não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de embargos declaratórios.

Dessa feita, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo órgão colegiado no julgamento do Recurso de Agravo, não prosperam as razões da autarquia embargante.

Por tais razões, **NEGO PROVIMENTO** aos embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator Substituto